

Serra se movimenta para garantir palanque no Rio
Tucano articula coligação em torno da candidatura de Gabeira ao governo do Estado **► PÁG. A9**

GOVERNO

Sob pressão dos militares, Lula abranda a Comissão da Verdade

Outros pontos polêmicos do plano como mídia, aborto e questão agrária, alvos de protestos, não foram mexidos

Leonencio Nossa
BRASÍLIA

Pressionado pelos militares, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou ontem a primeira ação concreta para esvaziar o Programa Nacional de Direitos Humanos. Por decreto, mesmo instrumento usado para lançar o plano, ele abrandou os objetivos da Comissão da Verdade – criada para investigar crimes da ditadura – retirando o trecho que previa o exame de delitos da “repressão política”. Embora tenha indicado que deve fazer outras alterações, mais especificamente nos itens que preveem controle social da mídia, descriminação do aborto e mudança nas regras para desocupações de áreas invadidas, Lula ainda não mudou esses três pontos sensíveis. Além da repercussão negativa, o plano gerou uma onda de protestos que reuniu ruralistas, Igreja Católica e ministros do próprio governo, como o titular da Agricultura, Reinhold Stephanes.

Planalto avisa que não cede quanto à identificação dos centros de tortura

A revisão do item relacionado à Comissão da Verdade era defendida pelo ministro Nelson Jobim (Defesa) – que ameaçou pedir demissão junto com os três comandantes das Forças Armadas em dezembro – e por entidades que reúnem militares da reserva que atuaram na repressão política durante o regime militar, incluindo duas centenas de citados nas listas de torturadores elaboradas por grupos de direitos humanos. Foi uma derrota para o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria dos Direitos Humanos, na queda de braço com Jobim pela manutenção do plano, que previa o exame de “violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política”. Vannuchi já vinha sofrendo pressão de parentes de mortos na ditadura e de grupos de combate à tortura por ter incluído,

no decreto de dezembro, a expressão “reconciliação nacional”, que não estava no projeto original aprovado em 2008 pela Conferência Nacional de Direitos Humanos. O texto assinado ontem dá mais força a essa expressão. O decreto de ontem foi definido em encontro de Lula com Vannuchi e Jobim, no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília. O titular de Direitos Humanos deixou a reunião sem falar. O ministro da Defesa se limitou a dizer que, de sua parte, estava tudo “resolvido”. A retirada da palavra “repressão política” não traz prejuízos para instalação da Comissão da Verdade, dizem assessores do governo. Mas, na guerra de simbologias, trava desde o início da distensão política por militares e parentes dos mortos, venceram mais uma vez os que negam a repressão política, avaliam esses mesmos assessores. A Comissão da Verdade será formada por representantes do Arquivo Nacional, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, da Comissão de Mortos e Desaparecidos e do grupo de trabalho da Defesa que faz buscas na região do Araguaia (TO).

MAIS MUDANÇAS
O abrandamento do Programa Nacional de Direitos Humanos – em sua terceira versão – só está no começo. O tom definido pelo presidente para a política nacional de direitos humanos deverá ser bem menos incisivo que o decreto, publicado no último dia 22. A orientação de Lula é para que a mudança seja feita de forma discreta, nos projetos de lei previstos para ser enviados ao Congresso. O único ponto em que o presidente não cedeu às pressões dos militares é o que prevê a identificação pública dos locais utilizados para torturar participantes da resistência à ditadura. Pelo decreto, os centros de violação dos direitos humanos, em estruturas militares ou civis, devem se tornar públicos. ●



SILÊNCIO – Vannuchi, que já era cobrado por famílias de mortos por rever texto original, sofre derrota e deixa reunião com Lula e Jobim calado

Enquadrado, Vannuchi considera solução satisfatória e fica no cargo

Roldão Arruda

O ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, que ameaçou deixar o governo caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva suprimisse a questão da Comissão da Verdade do Programa de Direitos Humanos, considerou satisfatória a solução apresentada ontem. Ele acredita que a espinha dorsal da proposta da comissão foi mantida e não houve recuo. Ao sair da reunião com o presidente e o ministro Nelson Jobim, ele comentou com seus assessores que, por enquanto, não deve deixar o governo. Fez questão de destacar a expressão “por enquanto”, pois sabe

que a crise ainda pode ter desdobramentos; e que ainda haverá disputas na constituição do grupo de trabalho que vai preparar o projeto de lei sobre a Comissão da Verdade. Vannuchi não quer causar nenhum constrangimento a Lula. Petista, considera-se um ministro da casa, que pode ser sacrificado a qualquer hora em benefício do governo. Internamente, ele foi criticado por Lula por ter incluído no programa a proposta de apoio ao projeto de lei que descrimina o aborto. Entre as mais de 500 propostas do programa, essa foi a que mais causou desconforto ao presidente. Para ele, o tema é delicado demais para ser

tratado de forma tão incisiva. As reclamações já levaram Vannuchi a fazer uma espécie de autocritica. No interior do governo, admitiu que teria sido melhor propor um debate aberto e intenso sobre o tema. A reunião de ontem durou cerca de 50 minutos. Foi mais rápida e menos tensa do que se previa, em decorrência dos acontecimentos no Haiti. Vannuchi, amigo de Zilda Arns, da Pastoral da Criança, parecia abalado com a notícia de sua morte durante o terremoto. O ministro Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social, também participou do encontro. O presidente falou sobre o novo decreto, criando o

grupo que vai preparar o projeto de lei sobre a Comissão da Verdade. Mostrou o texto e, diante da anuência de Vannuchi e Jobim, pediu que evitem novas declarações polêmicas. Lula procura concentrar a conversa nos pontos que considera realmente polêmicos. Até agora isso não inclui os ataques da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que vê no programa uma ameaça à propriedade privada. Vannuchi argumenta que o programa recomenda apenas maior atenção das autoridades policiais nas ações de reintegração de posse, para evitar atos de violência, como o de Eldorado dos Carajás. É apoiado por alguns setores do governo, que tendem a minimizar as críticas da CNA. Para tais setores, a senadora teria transformado a entidade num palanque do DEM. ●

Erros políticos marcam condução da proposta

Para integrantes do Planalto, confusão e pouco caso acabaram comprometendo aspectos positivos do plano

João Domingos
BRASÍLIA

◆ Negligenciado nas duas semanas em que ficou nas gavetas da Casa Civil antes de seguir para a cerimônia de assinatura do decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o lançou, em 21 de dezembro de 2009, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) vicejou em meio à confusão e ao pouco caso. Com isso, segundo avaliação de integrantes do Planalto, aspectos positivos do programa foram colocados na berlinda. No dia 1º de setembro, uma cópia foi entregue pessoalmente ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, pelo ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. Era exatamente igual à que se transformaria dois meses e vinte dias depois no polêmico Decreto 7037. Mas Jobim só vi-

ria a se manifestar sobre o conteúdo depois da assinatura do decreto. Até ameaçou se demitir, em protesto contra uma possível revisão da Lei da Anistia. A confusão que antecedeu a edição do decreto e permitiu que fossem reunidos retrocessos políticos e avanços numa bandeira inquestionavelmente correta – da qual o Brasil é signatário em tratados internacionais numa mesma peça jurídica – acabou por afetar os aspectos positivos do programa. Coordenado de forma pessoalista por Vanucchi, o decreto que instituiu o programa não carregou para o governo uma agenda negativa. Sem saída, restou ao presidente Lula o recuo, com a convocação de um grupo de trabalho para atacar um dos pontos polêmicos: a Comissão da Verdade. O grupo, criado ontem, por outro decre-

to, a ser publicado hoje no *Diário Oficial da União*, ficará encarregado de fazer o anteprojeto a ser enviado ao Congresso. “Eu acompanhei todo esse debate. O que deu de errado, e que atrapalhou muito uma bandeira universal, foi essa história da Comissão da Verdade sem um

Faltou deixar claro que Lei de Anistia não seria revista, avalia Genoino

texto que deixasse claro que não se tentaria mexer na Lei da Anistia”, disse o deputado José Genoino (PT-SP). “Acho que agora as coisas vão se encaminhar para uma solução, pois os ministros Jobim e Vannuchi começaram a conversar, de fato.”

Depois de todas as trapalhadas provocadas pelo decreto do programa, Lula foi obrigado a garantir aos militares que não permitirá discriminação na questão da anistia. “A Comissão da Verdade não tem nada a ver com a Lei da Anistia. A questão política já está resolvida, não será desencavada”, declarou Genoino. O deputado admitiu que o clima de confusão acabou por levar ao PNDH culpa que não lhe cabia. “Estão criticando a união de homossexuais e o aborto. O programa apenas faz menção a esses temas, mas está pagando por eles. Fui eu que, em 2008, apresentei um projeto de lei autorizando o casamento de pessoas do mesmo sexo e o aborto. Muito antes de se falar em decreto de programa de direitos humanos.” Por enquanto, Lula não decidiu se mudará a parte relativa ao controle social da mídia. No decreto, é sugerida a criação de um ranking de veículos de comunicação comprometidos com os princípios de direitos humanos. Entidades dos meios de comunicação criticam o decreto por violar a liberdade de imprensa, o que é inconstitucional. ●

Militantes históricos negam tom revanchista

Um grupo de defensores históricos dos direitos humanos encaminhou ao presidente Lula uma carta reservada, na qual expressa apoio ao Programa Nacional de Direitos Humanos e defende a criação e a instalação de uma Comissão da Verdade. Entre as pessoas que assinaram a carta, à qual o **Estado** teve acesso, aparecem Clarice Herzog, viúva do jornalista Vladimir Herzog, morto sob tortura nas dependências do antigo 2º Exército, em São Paulo, em 1975; e Tereza de Lourdes Martins Fiel, viúva do operário Manuel Fiel Filho, assassinado nas mesmas condições, em 1976. A lista é encabeçada pelo cardeal d. Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo, principal responsável pelo projeto *Brasil Nunca Mais* – o primeiro grande levantamento sobre violações de direitos humanos ocorridas na ditadura, divulgado na década de 80. Aparecem ainda ao pé da carta, entre outros, Chico Buarque de Holanda, compositor; Fernando Morais, jornalista e escri-

tor; Candido Mendes, educador; Antonio Candido, crítico literário; Paulo Sérgio Pinheiro, cientista político e relator da ONU para assuntos de direitos humanos; Maria Victoria Benevides, cientista política; Abdias do Nascimento, escritor e ativista do movimento negro, e d. Pedro Casaldáliga, bispo emérito de São Félix do Xingu. Os signatários argumentam que a proposta da comissão não é revanchista e pode ajudar na consolidação da democracia brasileira. “Não pode ser chamada de revanchista uma proposta que se limita a jogar luz sobre as violências praticadas nos porões da repressão política”, afirmam. “Os povos que se recusam a aprender com seus próprios erros estão condenados a repeti-los. É do futuro que estamos falando.” As próprias Forças Armadas poderão se beneficiar desse exame do passado, segundo a carta, porque “permitirá separar o joio do trigo”. ● **R.A.**

➔ **Mais informações** na pág. A6